

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.785.345 - MG (2018/0326608-0)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA**
ADVOGADOS : **WEDERSON ADVINCULA SIQUEIRA - MG102533**
 MATEUS DE MOURA LIMA GOMES - MG105880
 MARCOS EZEQUIEL DE MOURA LIMA - MG136164
 LORENA RIBEIRO DE CARVALHO SOUSA E OUTRO(S) -
 MG168242
RECORRIDO : **LUIZA HELENA GARCIA GIUDICE**
ADVOGADO : **FLÁVIO FILGUEIRAS NUNES E OUTRO(S) - MG102597**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Município de Juiz de Fora, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (e-STJ, fls. 201/202):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA - SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA - NOMEAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO - LIVRE NOMEAÇÃO E LIVRE EXONERAÇÃO - AUSÊNCIA DE NULIDADE DA EXONERAÇÃO - EFEITO RETROATIVO DESTA - IMPOSSIBILIDADE. Os cargos de provimento em comissão são ocupados em caráter transitório por pessoa de confiança da autoridade competente para preenchê-los, podendo ser, o ocupante deste cargo, exonerado livremente, vez que a investidura no cargo em comissão tem cunho de precariedade e temporariedade, no entanto, o ato em questão não pode produzir efeito retroativo, senão a partir de sua publicação, mesmo porque, não se dá de forma automática. DESCONTOS NO CONTRACHEQUE DA AUTORA DECORRENTES DO EFEITO RETROATIVO DA EXONERAÇÃO - ERRO EXCLUSIVO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RECEBIMENTO DE BOA FÉ - PARCELAS DE CARÁTER ALIMENTAR - DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA - PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTE TRIBUNAL. A jurisprudência dominante neste Tribunal de Justiça de Minas Gerais e no Colendo Superior Tribunal de Justiça aponta para o entendimento de que, em havendo pagamento feito a maior ou em duplicidade para servidor ou pensionista de boa-fé, por erro exclusivamente oponível à Administração Pública, não é possível que aquele que foi beneficiado com as parcelas indevidas seja compelido a ressarcir o erário, através de descontos a serem efetuados em seus futuros vencimentos/proventos, mormente tendo em conta o caráter alimentar de tais parcelas. CONSECUTÓRIOS DA CONDENAÇÃO - POSIÇÃO PREVALENTE DO STJ - AÇÃO E CITAÇÃO OCORRIDAS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO PROCEDIDA PELA LEI

Superior Tribunal de Justiça

FEDERAL 11.960/2009. A posição prevalente desta Câmara, de acordo com precedentes do Superior Tribunal de Justiça, é no sentido de que, em ações propostas e citação ocorridas anteriormente à alteração dada pela Lei Federal 11.960, as prestações pretéritas e não pagas devem ser corrigidas monetariamente a partir do inadimplemento, pelo IPCA-e e serão acrescidos de juros de mora de 0,5% ao mês (art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Medida Provisória 2.180-35/01) a contar da citação, até a data de entrada em vigor da Lei Federal 11.960/09, quando então deverá o débito acrescido de juros de mora pelos índices oficiais de remuneração básica da caderneta de poupança e a correção monetária pelo IPCA. ADICIONAL DE EXTENSÃO DE JORNADA - ADICIONAL DE FUNÇÃO GRATIFICADA - FUNÇÃO COMMISSIONADA DE DIRETORA DE ENSINO E DE ATIVIDADES ASSISTENCIAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE JUIZ DE FORA - LEI MUNICIPAL 9.212/98 - PREVISÃO DE NÃO INCORPORAÇÃO DA PRIMEIRA - NÃO PREENCHIMENTO DO REQUISITO TEMPORAL EM RELAÇÃO AO SEGUNDO - OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS - INEXISTÊNCIA. O § 6º do art. 21 da Lei Municipal 9.212/98 expressamente vedou a incorporação do adicional de extensão de jornada ao vencimento do servidor, uma vez que tal adicional só será devido quando do exercido das funções, ao passo que a autora não permaneceu na função gratificada por período de 7 (sete) anos, ainda que de forma não ininterrupta, afastando também o pleito de incorporação do adicional de função gratificada, nos termos do art. 37 do mesmo Diploma Legal. DANOS MATERIAIS - EXONERAÇÃO OBSTATIVA DA INCORPORAÇÃO DOS ADICIONAIS - IMPOSSIBILIDADE - INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO À IMUTABILIDADE DO REGIME JURÍDICO - CARGO COMMISSIONADO - LIVRE EXONERAÇÃO - ATO DA ADMINISTRAÇÃO - AUSÊNCIA DE DIREITO À ESTABILIDADE - GARANTIA APENAS À IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS, À QUAL NÃO HOUVE OFENSA. O servidor público não tem direito adquirido à imutabilidade do regime jurídico, sendo-lhe assegurada, apenas, a irredutibilidade de vencimentos, que não foi violada na espécie. DANOS MORAIS - EXONERAÇÃO - AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE - SITUAÇÃO VEXATÓRIA - NÃO DEMONSTRAÇÃO. A mera exoneração de servidor público não configura ato administrativo indenizável, mormente em se tratando de cargo comissionado, de livre nomeação e livre exoneração, não tendo a autora comprovado a existência de situação vexatória, pelo que, ausente demonstração quanto aos reais danos morais alegados, não há que se falar em indenização extrapatrimonial. No reexame necessário, reformada em parte a sentença, prejudicados ambos os apelos voluntários.

Embargos de declaração rejeitados.

Em suas razões, o recorrente sustenta a violação do art. 1.022 do CPC/2015, ao argumento de omissão a respeito dos arts. 85 e 86 do CPC/2015, notadamente no que tange à ocorrência de sucumbência recíproca e consequente impossibilidade de condenação em honorários e custas.

Superior Tribunal de Justiça

Quanto à questão de fundo, alega contrariedade ao art. 1.026, § 2º, do CPC/2015, já que "[...] a multa prevista não pode ser aplicada de forma automática, levando-se em conta tão somente a inadmissão ou a improcedência, em votação unânime, do recurso" (e-STJ, fl. 244).

Com contrarrazões.

É o relatório.

Compulsando-se os autos, constata-se inexistir ofensa ao comando normativo inserto no art. 1.022 do CPC/2015, já que o acórdão proferido na origem manifestou-se satisfatoriamente sobre todos os aspectos fáticos e jurídicos relevantes e inerentes à controvérsia instaurada, inclusive as teses argumentativas deduzidas pelas partes.

Na hipótese dos autos, verifica-se a existência de pronunciamento expreso sobre o tema à e-STJ, fl. 230.

Desnecessário, portanto, qualquer complemento à fundamentação assentada pela Corte regional, ante a ausência de máculas na prestação jurisdicional, motivo pelo qual não se cogita em violação do art. 1.022 do CPC/2015.

No mais, a respeito da multa imposta por embargos protelatórios, a jurisprudência pacificada no STJ é no sentido de que a revisão do entendimento assentado pela Corte de origem demanda o reexame dos contextos fático e probatório dos autos, atraindo a incidência do teor da Súmula 7/STJ. A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA 7 DO STJ. EMBARGOS PROTETATÓRIOS. APLICAÇÃO DE MULTA. REEXAME SÚMULA 7 DO STJ.

1. O Tribunal de origem consignou que não houve cerceamento de defesa do agravante, pois a medida cautelar gerou determinação judicial, contudo o resultado pretendido não foi alcançado. Ademais não houve perda do objeto da medida cautelar, uma vez apresentada a informação desejada pelo insurgente.

2. A revisão da matéria implica o imprescindível reexame das provas constantes dos autos, o que é defeso na via especial, ante o que preceitua a Súmula 7 do STJ.

3. É pacífico o entendimento no STJ de que a análise do art. 1.026, § 2º, do CPC, que trata da multa por interposição de embargos de declaração protelatórios, demanda reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável em recurso especial, sob pena de violação da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.796.830/RS, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, DJe 28/6/2019)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) SÃO JORGE. INDÍCIOS DE MAU CHEIRO NA REGIÃO CIRCUNVIZINHA. INSTRUÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

PROBATÓRIA INDISPENSÁVEL. PRODUÇÃO DE PROVA TÉCNICA. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO AUTÔNOMO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. EMBARGOS PROTETATÓRIOS. APLICAÇÃO DE MULTA. REEXAME DOS FATOS. SÚMULA 7/STJ.

[...]

5. É pacífico no STJ que a análise do artigo 1.026, § 2º, do CPC, que trata da multa por interposição de Embargos de Declaração protetatórios, demanda reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável em Recurso Especial, sob pena de violação da Súmula 7 do STJ.

[...]

(REsp 1.802.785/PR, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 19/6/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator